

Revista
Latino-americana de

Geografia e Gênero

Volume 10, número 2 (2019)
ISSN: 2177-2886

Artigo

Lições da 'Periferia': Contrariando a Hegemonia Anglo-Geográfica sobre as Geografias de Sexualidade e Gênero¹

*Lecciones desde la 'Periferia': Contrarrestar la
Hegemonía Anglogeográfica de las Geografías
de la Sexualidad y de Género*

*Lessons from the 'Periphery': Countering Anglo-
Geographic Hegemony over Geographies of
Sexuality and Gender*

Michal Pitoňák

Geografia *Queer* (ONG) - Praga, República Tcheca
michal.pitonak@queergeography.cz

Como citar este artigo:

PITOŇÁK, Michal. Lições da 'Periferia':
Contrariando a Hegemonia Anglo-Geográfica sobre as
Geografias de Sexualidade e Gênero. **Revista Latino
Americana de Geografia e Gênero**, v. 10, n. 2, p.
227 - 251, 2019. ISSN 2177-2886.

Disponível em:

<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rlagg>

Lições da 'Periferia': Contrariando a Hegemonia Anglo-Geográfica sobre as Geografias de Sexualidade e Gênero¹

Lecciones desde la 'Periferia': Contrarrestar la Hegemonía Anglogeográfica de las Geografías de la Sexualidad y de Género

Lessons from the 'Periphery': Countering Anglo-Geographic Hegemony over Geographies of Sexuality and Gender

Resumo

Este artigo tem três objetivos. Primeiro, discuto as desigualdades existentes dentro dos sistemas de produção de conhecimento, dominados pela academia 'anglo-americana' e criticamente examino o binário 'oriental-ocidente para mostrar que xs estudiosxs feministas da sexualidade e gênero na geografia devem aprender com suas habilidades desconstrutivas a superar as hegemonias erigidas por esses binários, tanto na academia quanto nas paisagens geopolíticas a elas relacionadas. Segundo, eu criticamente discuto o conceito da 'Europa Central e Oriental' (CEE) que eu não pretendo estabilizar, e levantar um espelho dos diversos mal-entendidos hegemônicos que tomam a forma de 'homogeneização', 'des-historicização', 'isolamento' ou por atribuir um 'atraso', pelo qual eles efetivamente apagam ou ignoram em termos de conhecimentos e contribuições dxs estudiosxs não anglo-americanos frequentemente deixados fora da tradução. Finalmente, me concentro na discussão do desenvolvimento das geografias das sexualidades e o pensamento de gênero/feminista na geografia CEE e ilustro os desafios que estudiosxs de diferentes contextos institucionais e nacionais ainda têm que enfrentar. Este artigo é uma tentativa de defender o reconhecimento nosso/delxs.

Palavras-Chave: Geografias das sexualidades; Hegemonia Anglo-Americana; Europa Central e Oriental; Gênero; Geografias Feministas; *Queer*; Produção de Conhecimento.

Resumen

Este artículo tiene tres objetivos. En primer lugar, se discuten las desigualdades existentes en los sistemas de producción del conocimiento dominados por la academia «angloamericana» y se examina críticamente el binarismo Este-Oeste para mostrar que la sexualidad y los/ las académicos/as en geografía de género/feminista deberían aprender de sus habilidades deconstructivas para superar las hegemonías que surgen de estas concepciones binarias, tanto en la academia como en espacios geopolíticos relacionados. En segundo lugar, se discute críticamente el concepto de Europa Central y Oriental (CEE) —que no intento estabilizar— y se examinan los distintos tipos de malentendidos hegemónicos, tales como «homogeneización», «deshistorización», «aislamiento» o «atraso», por los cuales se eliminan o se pasan por alto conocimientos y contribuciones de académicos/as «no angloamericanos/as», de modo que quedan «fuera de traducción». Finalmente, el artículo se centra en el debate sobre el desarrollo de las geografías de las sexualidades y de género/feministas en la geografía de los países de la CEE y se ilustran los desafíos en los que todavía se encuentran los/las académicos/as de distintos contextos institucionales y nacionales. Este artículo pretende mostrar nuestro/su reconocimiento.

Palabras-Clave: Geografías de las Sexualidades; Hegemonía Angloamericana; Europa Central y Oriental; Género; Geografías Feministas; *Queer*; Producción de Conocimiento.

Abstract

This article has three aims. First, I discuss the existing inequalities within the systems of knowledge production dominated by “Anglo-American” academia and critically examine the “East-West” binary to show that sexuality and gender/feminist scholars in geography should learn from their deconstructive skills to overcome hegemonies erected by these binaries both in academia and the related geopolitical landscapes. Second, I critically discuss the concept of “Central and Eastern Europe” (CEE) which I do not intend to stabilize, and hold up a mirror to the various hegemonic misunderstandings that take the form of “homogenization”, “dehistoricization”, “isolation” or by ascribing “backwardness”, by which they effectively erase or overlook knowledges and contributions of “non-AngloAmerican” scholars often left “beyond translation.” Last, I concentrate on the discussion of the development of geographies of sexualities and gender/feminist thought in CEE geography and illustrate the challenges that scholars from different institutional and national contexts must still face. By this article, I attempt to stand for our/their recognition.

Keywords: Geographies of Sexualities; Anglo-American Hegemony; Central and Eastern Europe; Gender; Feminist Geographies; Queer; Knowledge Production.

Introdução

Em setembro de 2017 eu organizei uma sessão chamada ‘Geografias das Sexualidades da Europa Central e Oriental, Báltica e das Balcãs: é hora de falar mais alto!’ que fez parte da IV Conferência Europeia das Geografias de Sexualidades. O número de contribuições aceitas alcançou quinze trabalhos e isso resultou em uma divisão do encontro em três sessões. Estudiosxs de oito países diferentes apresentaram seus artigos e se envolveram em discussões ricas nessa oportunidade única de encontro em Barcelona. Dentro daquele espaço de empoderamento, eu pela primeira vez experimentei um espaço onde uma sessão, puramente orientada para o avanço da questão das geografias de sexualidades não anglo-americanas, aconteceu. Embora eu esteja convencido de que essa reunião única foi um sucesso, eu também estou confiante de que muitxs enfrentaram barreiras, foram excluídxs ou encontraram outros obstáculos que xs impediram de participar. Para mim, foi a I Conferência das Geografias de Sexualidades Europeia que aconteceu em Bruxelas (2011) que me permitiu participar de um evento internacional pela primeira vez.

Desde aquela ocasião, eu tenho me esforçado para introduzir o campo das geografias das sexualidades na geografia tcheca. Entretanto, esses esforços estão longe de ser simples. Tendo que enfrentar situações complicadas, insegurança profissional, mas também experimentando o apoio de colegas,

1 Eu gostaria de agradecer Maria Rodó de Zárate por me oferecer a chance de submeter meu manuscrito a essa revista e a Juan Antonio Módenes Cabrerizo que me auxiliou com o processo de revisão do meu manuscrito. Eu também gostaria de agradecer tanto os revisores anônimos quanto minha amiga Jennifer Fluri que me deu um valioso feedback da minha primeira versão do texto. Este artigo é o resultado de uma pesquisa independente conduzida na Geografia *Queer* que é uma organização não governamental estabelecida em Praga (Tchecoslovaquia) que objetiva apoiar pesquisadorxs interessados no campo das geografias das sexualidades e disciplinas relacionadas. Este texto foi publicado originalmente pela revista Documents d’Anàlisi Geogràfica, v. 65, n. 3, 2019 em inglês e traduzido ao português para a RLAGG.

encontrando razão e amizades internacionais, me tornei motivado a ganhar um entendimento mais profundo dos diversos fatores que influenciam xs estudiosxs, incluindo eu mesmo, que tentam examinar as geografias das sexualidades e/ou as geografias de gênero/feministas, apesar do fato que esse caminho acadêmico pode torná-lxs 'dissidentes' em alguns contextos regionais ou acadêmicos mais do que em outros. Ao mesmo tempo, eu também queria contribuir com a discussão sobre o que impede o desenvolvimento desses campos acadêmicos além do contexto 'anglo-americano' e levar em consideração tanto os fatores internacionalmente relevantes, tais como as relações hegemônicas ligadas aos processos de produção de conhecimento e reconhecimento do conhecimento, quanto fatores locais.

Conhecimentos Hegemônicos

Você é um/a falante nativx do inglês? Você publica em periódicos predominantemente ingleses? Você decidiu publicar em seu idioma nativo ou segundo idioma? Em quais idiomas você consegue ler confortavelmente? Você tem acesso a uma biblioteca com literatura científica na sua área de interesse? Você encontra barreiras para poder participar de conferências científicas? Sua pesquisa foi aceita por sua instituição? Existe alguma instituição que lhe dê aval ou você é um/a estudiosx independente? A escolha dos seus métodos é ou foi influenciada pelo ambiente institucional? Você conseguiu encontrar um emprego no campo de sua especialidade? Você se mudou para o exterior, ou você ficou? Essas são apenas algumas das muitas perguntas que nós podemos utilizar para entender as influências e potências das produções de conhecimento de várixs estudiosxs em diversas localidades.

Enquanto certxs autorxs reconhecem a existência de hegemonias em termos de dominação anglo-americana² na produção do conhecimento (BLAŽEK e ROCHOVSKÁ, 2006; BROWN e BROWNE, 2016) ou o eurocentrismo das ciências sociais contemporâneas (KULPA e SILVA, 2016), elxs têm sido menos diretxs em dar nome às barreiras concretas e até mesmo não muito frequentemente oferecem ferramentas ou visões corajosas pelas quais seria possível superar e /ou desconstruí-las (KITCHIN, 2003, 2005; KULPA e SILVA, 2016; TIMÁR, 2007; TIMÁR e FEKETE, 2010; TLOSTANOVA, 2014). Apesar desses chamados repetidos, a hegemonia dessa produção de conhecimento tem tido e continua a ter um impacto substancial na formatação dos (não apenas) discursos europeus sobre estudos de gênero/feministas³ sexualidade e *queer*.

Tais hegemonias erigiram entendimentos reducionistas que estão parcialmente embasados em aplicações não críticas de binários como 'norte

2 As vezes os autores se referem a dominância 'ocidental' ou 'euro-americana'. Eu uso esse termo da mesma forma que Timár (2007) para justificar que independente do fato de eu escrever de uma perspectiva europeia, nós podemos ainda reconhecer diversas hegemonias e tradições acadêmicas distintas que podem ser justapostas com a anglo-americana (ex.. tcheca, húngara, francesa, espanhola, alemã, etc.). Ao aplicar o termo anglo-americano, de forma nenhuma quero apagar aqueles empurrados para suas próprias periferias (ex. África do Sul, Nova Zelândia, etc.).

3 Devido ao uso frequente de ambos os termos, usarei os mesmos com o mesmo significado.

global' e 'sul global', 'oriente' e 'ocidente' que efetivamente tornou e torna os 'outros' aqueles 'que estão além'. Tais hegemonias criaram (novas) hierarquias e objetivaram a distinção entre as imaginações do 'ocidente moderno' e do 'oriente homofóbico' e (re)construíram as narrativas de 'homogeneidade', 'atraso', 'falta de humanidade', e/ou uma 'convergência' perpétua com os ideais selecionados pelo aparentemente homogêneo 'ocidente' que frequentemente significa o 'ocidente anglófono' (AYOUB e PATERNOTTE, 2014; KULPA e SILVA, 2016; NAVICKAITĖ, 2014; RODÓ de ZÁRATE, 2016; STELLA, 2014; SZULC, 2018; TLOSTANOVA, 2014).

No contexto do que os autores chamam, por exemplo, de 'hegemonias epistêmicas' podemos perguntar como a localização geográfica e/ou (uma falta) de afiliação institucional determinam quem consegue reconhecimento como 'produtorx de conhecimento' e quem é reduzidx a 'informante e mineradorx de dados' (KULPA e SILVA, 2016, p. 142). Da mesma forma, em sua crítica da hegemonia anglófona, Garcia Ramon *et al.* (2006) enfatizam que conhecimento de 'outros' lugares é considerado como excepcional, divergente e local e, como tal, não produz 'teoria', apenas 'estudos de caso' (*ibid*, 2006, p. 3). Essa é também a opinião de Tlostanova quando ela critica os estudos pós-coloniais (ocidentais) como marcados por uma divisão clara do sujeito/objeto, distinguindo entre o sujeito que estuda e o objeto que é estudado:

O mundo pós-socialista e pós-União Soviética continua a vacilar entre a posição de sujeito e objeto nas últimas duas décadas. Nós deveríamos ou nos reformarmos e nos tornarmos modernos e sujeitos ocidentais em algum futuro distante, para juntar-nos ao sul global remodelado quando aplicável, ou simplesmente desaparecer. (2014, p. 162)

O argumento de Tlostanova's (2014) se concentra nos entendimentos de modernidade e humanismo, onde as hierarquias de poder são reproduzidas com alguns/mas de nós rotuladxs como 'não realmente humanxs' como em 'não realmente europeus/eias', 'não realmente cristãos/ãs', 'não realmente brancxs', etc.

Todos esses termos representam categorias binárias relacionadas a relações de poder que carregam significado e enfatizam perspectivas dominantes ou hegemônicas já estabelecidas. Na verdade, estudiosxs feministas e da sexualidade têm tido algum sucesso na desconstrução⁴ das categorias

4 Chegamos a um entendimento que os termos binários, assim como outros significantes, são produtos do uso performativo da linguagem (BUTLER, 1999). Isso está no coração tanto do pensamento social construtivista como no pós-estruturalista. Não podemos mais dizer coisas (ex. Gênero) 'são', mas que elas 'estão sendo feitas' (executadas, reiteradas), e nós entendemos que existem diversas formas de 'amnésias de alternativas' que as produzem convincentemente como categorias fixas (BERGER e LUCKMANN, 1991). Como xs estudiosxs pós-estruturalistas e psicanalíticxs têm observado, a natureza evasiva do significado em relação a essas categorias aparentemente fixas favorece condições nas quais isso é 'o que algo não é' que é mais facilmente veiculado do que 'o que algo é', dessa forma originando categorias binárias infundáveis 'definidas por sua 'exclusividade mútua' com um espaço potencialmente infinito para sua desconstrução. De acordo com Sedgwick (1990), nós podemos desconstruir os binários ao problematizá-los, ao adicionar um terceiro termo ao binário existente bem como ao reinterpretá-lo como espectros.

relacionadas a sexualidade e gênero; entretanto, parece que até agora elxs têm, no geral, falhado em aplicar tais abordagens para superar as hegemonias normativamente estabelecidas dentro dos seus modos de produção de conhecimento (GARCIA RAMON e MONK, 2007).

Certxs autorxs concordam que uma das fontes óbvia dessas hegemonias emergiu das atuais 'economias de produção de conhecimento' que, no contexto da geografia feminista e dos estudos de sexualidade, toma a forma de limitações financeiras colocadas como barreiras ao acesso a textos acadêmicos (TIMÁR, 2007). Mesmo que muitxs tenham se chocado com o projeto *Sci-Hub* de Alexandra Elbakyanova, ele ainda representa o único canal de acesso a textos acadêmicos para muitxs que não sabem como superar o acesso pago das editoras neoliberais fechadas e com fins lucrativos.

Kitchin anteriormente tinha discutido essas barreiras a partir do ponto de vista das editoras (KITCHIN, 2005). *Sci-Hub* impõe o 'acesso livre' e ao fazê-lo evita o acesso pago aos artigos de periódicos acadêmicos que muitos não podem acessar. Como discutirei adiante, essa barreira é especialmente difícil de superar em campos tais como as geografias de sexualidades ou geografias feminista/de gênero que de fato constituem 'campos dissidentes' de investigação em muitos contextos regionais nos quais xs estudiosxs precisam 'lutar por reconhecimento' e resistir à academia tradicional que continua a excluí-ixs (TIMÁR e FEKETE, 2010).

Xs estudiosxs têm também reconhecido que a maioria do conhecimento é produzido através dos periódicos anglófonos, e que essa situação também se aplica à geografia humana (GARCIA RAMON *et al.*, 2006; KITCHIN, 2005; KULPA e SILVA, 2016). A maioria dos periódicos de alto nível da geografia humana residem nos Estados Unidos e no Reino Unido; poucos outros estão localizados na Europa Ocidental ou países escandinavos, a maioria dos quais aceitam o inglês como primeiro idioma das publicações.

Xs/As autorxs também reconhecem que essa posição hegemônica do inglês está ligada à crescente dominação de uma 'economia global do conhecimento' que favorece a publicação dentro do ambiente da maioria das editoras anglo-americanas (KITCHIN, 2003, 2005).

Nesse sentido, nós deveríamos saber que se não publicarmos nos nossos idiomas nativos/locais, então não alcançaremos o reconhecimento exigido localmente e poderemos consequentemente nos isolarmos do apoio das instituições locais e posições acadêmicas que poderiam sustentar tanto nossa pesquisa quanto nossa vida (TIMÁR e FEKETE, 2010). Nem todo mundo domina o inglês, e quando isso acontece, deveríamos estar mais cientes das formas nas quais considerá-la 'a língua franca acadêmica' influencia a produção local de conhecimento e o reconhecimento global dos conhecimentos locais. Por exemplo, Garcia Ramon e Monk (2007, p. 10) nos lembra que a própria "vontade das instituições anglófonas de valorizar publicações em idiomas diferentes do inglês quando avaliam seus próprios colegas é outro passo político a frente".

Da mesma forma, estudiosxs também criticavam a escassez dos textos acadêmicos em outros idiomas analisados pelxs 'estudiosxs ocidentais' enfatizando a raridade de referências não inglesas apresentadas mesmo em periódicos de escopo internacional, tais como *Gender*, *Place and Culture*

(Gênero, lugar e cultura) (GARCIA RAMON *et al.*, 2006; Navickaitė, 2014). STELLA (2014) também observou que a dominação da academia falante de inglês poderia estar ligada a limitações na competência dxs estudiosxs nativxs do inglês que poderiam ter dificuldades em acessar recursos e pesquisar em outros idiomas. Ela, por exemplo, observou que “fontes russas podem não estar familiarizadas com o imaginário do leitor ‘global’ falante de inglês, mais afeito ao trabalho acadêmico reconhecido internacionalmente publicado em inglês” (STELLA, 2014, p. 2). Nesse contexto, Timár documentou a relação hegemônica explícita entre a ‘Europa central oriental’ recentemente aberta pós-socialista e xs ‘estudiosxs ocidentais’ que se apressaram em produzir conhecimento em nome dxs estudiosxs locais:

Dos 14 livros sobre questões de gênero na Europa Central Oriental que eu encontrei em bibliotecas húngaras e que estavam escritos em inglês, apenas um foi publicado na região... Dxs 166 autorxs dos 12 livros publicados no Reino Unido ou nos Estados Unidos, apenas 75 viviam na região pós-socialista, e apenas um daqueles livros tinha uma editora de fora da esfera anglo-americana. (2007, p. 4)

Consequentemente, poderia ser relevante submeter o conhecimento produzido ‘em nome de outros’ a uma investigação, uma vez que traduções parciais e/ou incompletas podem, entre outros resultados possíveis, (re)produzir omissões, estereótipos e/ou levar a conclusões falsas. Nesse sentido, Timár e Fekete (2010, p. 776) argumentam que “além do nosso conhecimento parcial, a diversidade linguística da região já impôs restrições ao processo de coleta de informações”. Diversos conhecimentos, portanto, permanecem ‘no local’, desconsiderados, não reconhecidos ou simplesmente trancados ‘além da tradução’. Por um lado, tais conhecimentos são ‘escondidos’ do olhar do leitor ‘global’ falante de inglês, por outro lado eles são também impedidos de ser explorados devido a várias formas de ‘hegemonias epistêmicas’ e ‘nacionalismos metodológicos’, ambos levando à marginalização do conhecimento feminista e das sexualidades dentro e sobre regiões consideradas ‘outras’.

Entretanto, essas hegemonias e barreiras do idioma não apenas influenciam as omissões, falta de sensibilidade em relação ao conhecimento que não é traduzido para o ‘inglês’, elas também contribuem com as incompatibilidades e insensibilidades reais quando introduzem vocabulário e/ou conceitos estrangeiros sem nenhuma criticidade. Certxs autorxs têm questionado a utilidade de certos conceitos ingleses em outros contextos linguísticos e criticado a aceitação do inglês para o ‘debate acadêmico internacional’, enfatizando o fato de que o frequentemente descomplicado “processo de tradução entre idiomas é altamente subjetivo, político e situado” (GARCIA RAMON e MONK, 2007, p. 8).

Rodó de Zárata (2016), por exemplo, observou que os entendimentos hegemônicos de conceitos tais como ‘interseccionalidade’, ‘homonacionalismo’ ou ‘*queer*’ podem ser contraproducentes em outros contextos; ela especificamente se concentrou no contexto catalão, onde

diferentes pontos de vista epistêmicos mudam as formas como o racismo, a escravidão ou outros termos são abordados. Quando ela criticou a aplicabilidade de 'queer' fora do seu contexto ocidental, ela não apenas mencionou a falta de sua compreensão em catalão e espanhol, mas também sugeriu o uso potencial dessa palavra levar a conotações acadêmicas elitistas. Da mesma forma, Stella (2014) argumentou que é necessário para nós estarmos conscientes da terminologia local, especialmente no contexto de identidades sexuais, onde novamente 'queer' se torna problemático e não familiar em russo, ao passo que tais incompatibilidades talvez se apliquem a todos os contextos não anglo – americanos.

Na verdade, algumas dessas questões já têm sido reconhecidas. Conforme Brown e Browne (2016, p. 3) observaram, “a palavra ‘*queer*’ por si só e as ideias que ela representa não são facilmente traduzíveis”. Longe de ser descomplicado, também na Tchecoslováquia, as vezes é difícil para eu encontrar um equilíbrio entre a necessidade de discutir criticamente a terminologia alóctone tais como ‘o armário’, ou ‘não heterossexualidade’ com a necessidade de introduzir ou empregar uma terminologia que xs estudiosxs locais, e talvez mais importante, o público possa entender e utilizar dentro de discussões mais amplas com relevância social e política. Como um efeito dessa negociação terminológica, é necessário considerar diversos fatores ao mesmo tempo. Por exemplo, uma vez que não é costumeiro para a maioria das pessoas que cresceu durante o socialismo de estado usar a terminologia identitária sexual, tais como gay e lésbica na Tchecoslováquia, e muitas das gerações mais novas resistem a utilizar quaisquer termos identitários sexuais, bem como xs pesquisadorxs reconhecem a necessidade de distanciar-se do termo medicalizado ‘homossexual’, eu preciso procurar uma terminologia mais inclusiva e compatível. Como resultado disso, eu frequentemente emprego termos tais como ‘não-heterossexual’ (*ne-heterosexuální* ou *neheterosexuální* em tcheco), me deparando com a necessidade de explicar sua complicada relação com a heteronormatividade. Além disso, questões inesperadas também aparecem quando a pontuação estrangeira é introduzida. Usando uma versão hifenizada *ne-heterosexuální* é mais limitado em checo e faz com que a palavra pareça estrangeira, ao passo que sem o hífen pode ser mais difícil de ler.

Além das questões de terminologia, alguns/mas autorxs também observam a necessidade de abordar as teorias e conceitos estrangeiros com cuidado. Kuhar e Švab (2014), por exemplo, argumentam que entendimentos tais como ‘a divisão típica urbano/rural’ precisa ser reconhecida como inerentemente ‘experiências ocidentais’. Portanto, elas podem não ser completamente aplicáveis a outros contextos sociais e culturais. Da mesma forma, Garcia Ramon *et al.* argumentam que:

Muitas línguas não inglesas, entre elas a nossa, tem apenas uma palavra e são, portanto, linguisticamente incapazes de representar a distinção sexo/gênero. Isso poderia ser visto como um problema semântico que nos torna incapazes de distinguir entre os fatores biológicos e sociais e criticar o determinismo biológico. (2006, p. 3)

Awumbila (2007) também discutiu a aplicabilidade da distinção

gênero/sexo no contexto africano, demonstrando que gênero/sexo pode algumas vezes ser entendido como flexível ou comparativamente irrelevante em algumas circunstâncias. Consequentemente, precisamos estar atentos para não enxergar os contextos locais através de lentes teóricas desenvolvidas em outros lugares. A introdução insensível de terminologia estrangeira pode suscitar antagonismos sociais mais abrangentes e acender emoções que podem ser mais difíceis para nós extinguirmos do que o esperado. Debates acalorados sobre a tal 'ideologia de gênero' ou 'o politicamente correto' podem ser mais facilmente resolvidos se mais sensibilidade for colocada nos diálogos entre as línguas. O universalismo tem sido frequentemente divulgado como uma forma idealista de direitos humanos, mas devemos ter cuidado com seu potencial de apagar o particular, o local e diversos contextos socioculturais onde a 'diferença' precisa ser apreciada e não sublimada pelo universal (BENHABIB, 2011).

Nas três seções que seguem, vou me concentrar na discussão de possíveis respostas a esses conhecimentos hegemônicos existentes que (re)produzem as omissões, estereótipos e podem levar a falsas conclusões principalmente, mas não exclusivamente, nos contextos das geografias de gênero e sexualidade.

Complicando o binário oriente – ocidente, Stella *et al.* (2017, p. 5) argumenta que “a narrativa de uma divisão ‘oriente/ocidente’ é, de muitas formas, uma simplificação de uma figura muito fluida e complexa.” Eu escrevo este artigo da minha própria perspectiva situada, neste caso localizada na Tchecoslováquia.⁵ Portanto, minha tendência é me posicionar dentro de uma região geopolítica ‘imaginada e chamada’ ‘Europa Central’, que é uma noção dominante no contexto tcheco (EBERLE, 2018). Eu objetivarei usar esse ‘terceiro termo’ (oriente, ocidente, centro) para complicar essas divisões frequentemente simplísticas e tentativas de contribuir com sua desconstrução dentro do campo das geografias das sexualidades e geografias feministas. Eu devo admitir que não existe uma ‘Europa Central’, ‘Occidental’ ou ‘Oriental’, mas uma região diversa e rica definida de acordo com x autx e a região de onde elx vem.

Consequentemente, nós podemos chamar essa região imaginada de Europa Central (CE), Europa Oriental (NAVICKAITĚ, 2014), Europa Central Oriental (CEE), Europa Central-Oriental ou Europa Central e Oriental (ECE) (TIMÁR e FEKETE, 2010) ou pós-socialista (BLAZEK e ŠUŠKA, 2017), bloco oriental ou soviético (SZULC, 2018), ou qualquer outro termo tais como Nova Europa ou Europa não central que pode ser apenas uma ‘tendência’ (BALOGH, 2017). Ainda, a nenhum desses termos pode ser atribuído um sentido fixo ou uma forma territorial; todos esses conceitos estão constantemente evoluindo tanto no tempo quanto no espaço (BALOGH, 2017). De certa forma, todos eles se tornaram ‘significantes vazios’ que são tanto simbolicamente ambíguos e altamente impactantes como signos de poder (ex., na criação de políticas) ao mesmo tempo. Devido à minha localização, eu às vezes uso os termos ‘Europa Central’ (CE) e ‘Europa Central e Oriental’ (CEE); entretanto, eu não quero estabilizá-los, mas apenas complicá-los.

O conceito de Europa Central inicialmente parece ter um potencial na

5 O apelido geográfico da República Tcheca.

desconstrução do binário oriente - ocidente (aparentemente um terceiro termo). Entretanto, um olhar mais detalhado revela que ele representa uma mera forma de imaginação geopolítica relacionada ao binário oriental - ocidental (hierárquico) refletindo as hierarquias internas dessa relação geopolítica de poder. Kundera (1984) imaginou a Europa Central como uma região culturalmente homogênea, artificialmente e temporariamente dividida pela Cortina de Ferro. De acordo com Eberle (2018), Kundera impulsionou culturalmente a imaginação geopolítica de desejo de 'reintegração com o ocidente' que uma vez era uma realidade (a ideia de um 'ocidente raptado'). A ideia da Europa Central também tem sido usada para delimitar partes da Europa contra a Rússia ou a antiga União Soviética e tem ainda impulsionado diversas ordens hierárquicas, dessa forma criando diversos graus de 'orientalidade' (TLOSTANOVA, 2014). Dessa forma, os tchecos têm sempre se considerado como 'quase ocidentais' (EBERLE, 2018). Europa Central também foi utilizado para 'reintegrar' diversos países com 'a Europa apropriada' depois de ter sido considerada 'outra' como 'Europa imprópria' durante a Guerra Fria (BALOGH, 2017). De acordo com Tlostanova:

Os países pós-socialistas da Europa Oriental e/ou Central sempre permaneceram como europeus de segunda classe ou em termos mais recentes, Novos Europeus, ou Não Essencialmente Europeus. Dessa forma, no caso deles, a luta é, primeiramente por reivindicar seu direito de ser considerados europeus sem prefixos e adjetivos pejorativos e, falando figurativamente, por finalmente ser admitidos na sala de estar da Europa em vez de ser mantidos no *hall* de entrada como um parente pobre distante. (2014, p. 164)

Tlostanova (2014) também criticou que muitxs estudiosxs ainda mantêm uma imagem altamente generalizada de socialismo e comunismo totalitário e que eles dificilmente pensam sobre as nuances reais que existem dentro dessa região diversa.

Complicando a "Homogeneidade do Oriente"

Nem o 'Oriente', 'Ocidente' nem o 'Centro' de fato alguma vez foram homogêneos, e isso também se aplica às suas sub-regiões variadamente imaginadas, que também 'viajam' no tempo e espaço relativo às suas posições geopolíticas imaginadas (KULPA, 2014; NAVICKAITĖ, 2014). No entanto, conforme Timár e Fekete (2010) observaram, xs estudiosxs feministas e da sexualidade ainda tratam a Europa 'Oriental' de uma maneira muito uniforme e a abordam sem criticidade sob o mesmo termo guarda-chuva, mais frequentemente como 'pós-socialismo' ou o 'Leste' e ao fazê-lo, contribuem com suas representações incorretas. Uma das consequências típicas de empregar essa terminologia é a ilusão de sua homogeneidade (NAVICKAITĖ, 2014; SZULC, 2018; TLOSTANOVA, 2014).

Em sua discussão sobre as intersecções entre 'o pós-colonial' e 'o pós-socialista', Tlostanova enfatiza que o rótulo 'pós-socialista' é:

Incapaz de colar com sucesso a multiplicidade de países, pessoas, culturas, religiões e sensibilidades que estiveram sob os auspícios soviéticos por diversas décadas no século vinte e então se dispersaram novamente, juntando os diversos tipos de vetores remanescentes de poder. (2014, p. 161)

Aqui Tlostanova (2014) desvenda os fatores mais cruciais: a relatividade do tempo histórico e a inércia espaço-temporal do poder. Como geógrafxs, nós temos uma tendência a complicar o espaço e conceitualizar suas relações com o poder, no entanto, nós não deveríamos deixar o tempo de fora da equação uma vez que ambos tem inércia e 'vetores de poder'. Eles na verdade não existem em um vácuo espacial ou algum estado destituído de continuidades de tempo de diversos pontos de origem tanto no tempo quanto no espaço. Um exemplo óbvio disso pode ser a Tchecoslováquia, que foi parte do império Austro-Húngaro até 1918, e então funcionou como um país democrático de 1918 a 1948 (embora dividido durante a Segunda Guerra Mundial, devido à influência do nazismo, quando uma grande porção dos seus territórios foi anexada pelo Terceiro Reich e a Eslováquia tornou-se um estado fascista de 1939-1945) e então se tornou um país socialista de 1948 a 1989, que então se divorciou tornando-se Tchecha e Eslováquia em um mapa. Sem complicar sua história ou estudar os 'diversos tipos de vetores de poder' que de fato continuam a afetar os desenvolvimentos locais, nós podemos também conceitualizá-los e estudá-los como algum tipo de persistências espaço-temporais. Da mesma forma, a ex Iugoslávia não poderia ser facilmente atribuída ao 'Leste', já que o partido comunista de Tito dos anos 40 decidiu separar-se do regime de Stalin e o país posicionou-se geopoliticamente em algum lugar entre o leste e o oeste e isso durou até a dissolução da Iugoslávia no início dos anos 90 (KUHAR e ŠVAB, 2014).

Tlostanova, nesse contexto, enfatiza que não é possível empregar pós-socialismo como um termo guarda-chuva, uma vez que:

Já é hora de pensar uma abordagem mais complexa, teoreticamente interseccional e propriamente diferenciada para a interpretação das realidades e subjetividades pós-socialistas, para evitar estudá-las como um objeto de alguma posição presumidamente desencarnada ou transformar o ex-segundo mundo em um gueto em seu isolamento intelectual das discussões mais importantes da teoria social e crítica. (2014, p. 168)

Sobre esse tema, Szulc (2018) fornece um argumento convincente no contexto das políticas sexuais dentro do 'bloco oriental'. Ele não apenas iniciou um projeto de rehistoricização dos relatos deshistoricizados da CEE ao discutir o desenvolvimento do ativismo sexual transnacional, mas ele também demonstrou como esses movimentos em diferentes países⁶ seguiram diferentes trajetórias de desenvolvimento (vetores de poder), aliando-se a diferentes segmentos da sociedade ou estado, tais como a sexologia na Tchecoslováquia,

6 A saber, Tchecoslováquia, Alemanha Oriental, Hungria, Polônia e Eslovênia.

a igreja evangélica na Alemanha Oriental, as universidades na Eslovênia ou, ainda, tornando-se relativamente independentes na Hungria e Polônia (SZULC, 2018). Portanto, Szulc, como Tlostanova, argumenta que “primeiramente, nós devemos reconhecer as diferentes trajetórias daquelas disposições através do tempo nos diferentes países.” (2018, p. 72).

Além disso, xs autorxs também refutaram o mito da impermeabilidade da Cortina de Ferro quando observaram que as interações entre as políticas sexuais no ‘oriente’ e o ativismo no ‘ocidente’ não se iniciaram apenas após o final da Guerra Fria (NAVICKAITĖ, 2014), mas na verdade floresceram antes (SZULC, 2018). Szulc recentemente investigou oito relatórios pré-1990 publicados pela organização austríaca Iniciativa Homossexual de Viena (HOSI), o iniciador do programa do banco de informações da Europa Oriental (EEIP), com o objetivo de expandir o alcance da Associação Internacional de Lésbicas e Gays (ILGA) além do ‘ocidente’ desde 1981. Szulc (2018, p. 63) também começou a dismantelar a unidirecionalidade do ‘progresso’ quando ele observou que embora a EEIP tinha o propósito “de apoiar a fundação de grupos homossexuais na região ‘de acordo com o exemplo ocidental’”, ela também provou que isso era complicado devido às variações e resistências locais a tais esforços pelos próprios ativistas.⁷ Naquela pesquisa, Szulc efetivamente provou que as representações recentes deshistoricizadas da “Cortina Rosa” que tinha anteriormente isolado o ‘oriente’ do ‘ocidente’ são falaciosas porque a Cortina de Ferro estava na verdade ‘enferrujada’ e, com base no seu trabalho, ele começou a rehistoricizar o ‘Leste’.

Complicando o ‘Atraso do Leste’

Szulc elegantemente demonstrou como o primeiro relatório da EEIP não apenas essencializou a ideologia comunista mas também diversas ‘sociedades do bloco oriental’. Ele e Stella, ambos enfatizam que há ainda uma tendência predominante de representar as sociedades nacionais encapsuladas dentro desse termo, como possuidoras de qualidades inferiores aos usar os termos tais como a ‘lógica soviética’ ou a ‘mentalidade das Balcãs’ (STELLA, 2015; SZULC, 2018).

Tlostanova (2014) explicou que essas hierarquizações estão fortemente conectadas com a tese da modernidade, onde os sujeitos no ‘leste’ são tratados como se fossem menos humanos do que seus equivalentes no ‘ocidente’. Esse posicionamento dos sujeitos humanos nos mapas de humanidades torna-os infelizes e ansiosos sobre perder sua posição na ‘hierarquia da humanidade’. Isso é também o que Štulhofer e Sandfort (2005, p. 16) oportunamente observaram quando eles escreveram:

Parece que em muitos sentidos a Europa pós-comunista está seguindo a trajetória sexual do Ocidente, provavelmente com um atraso de duas ou três décadas. Deveríamos assumir que com o tempo as paisagens sexuais do leste pós-comunista se tornarão um espelho do ocidente?

⁷ Por exemplo, a resistência por parte de alguns ativistas do bloco oriental contra a narrativa de “salvar os gays” (SZULC, 2018, p. 69).

Em caso afirmativo, será o triunfo do desenvolvimento social e econômico, o resultado da modernização bem-sucedida do oriente?

Tais representações de atraso têm sido repetidamente empregadas e tem sido discutidas por Navickaitė (2014, p. 169) como representações orientalizadoras da hegemonia ou superioridade ocidental que “criou uma insatisfação generalizada e um complexo de inferioridade nos países da CEE” uma vez que essa frustração é especialmente bem expressa no discurso local ultranacionalista, onde as atitudes antiocidentais na retórica nacionalista estão frequentemente interligadas à homofobia”. Timár também observou essas relações ‘neocoloniais’ em sua discussão do desenvolvimento das abordagens de gênero /feministas na geografia da Europa Central Oriental. Ela citou um artigo de Bassnett que me senti tentado a também citar:

Hoje, a terminologia de renascimento, de ajuda, de educação das novas democracias está por toda nossa volta; a Polônia, a Tchecoslováquia, a România, e um grande número de outras nações que eram espaços em branco no mapa para a maioria dos ocidentais até muito recentemente, são agora discutidas na linguagem clássica do colonizador, a figura paterna que “descobre” uma nova terra e encontra os 'nativos' como 'criaturas infantis que precisam ser civilizadas'. (BASSNETT, 1992, p. 11 *apud* TIMÁR 2007, p. 4; grifo meu)

Relatos de atraso e o relato do ocidente como um exemplo foram analisados por Kulpa e Mizelińska (2011, p. 16-18) que os conceptualizaram como narrativa do ‘progresso ocidental’, que efetivamente narra que o ocidente de hoje é o futuro oriente a ser alcançado: “seja o que for que a CEE se tornou/é/será, o ocidente se tornou /já foi/terá sido”. Elxs tentaram reconceitualizar nosso entendimento dessa ‘narrativa de progresso’ ao descentralizar nossa conceitualização frequentemente homogênea do tempo. Xs autorxs propuseram um conceito de ‘disjunção temporal’ entre o ‘ocidente’ e a CEE e o ofereceram como uma alternativa aos relatos simplistas de ‘atraso’ do ativismo sexual no leste europeu. Elxs distiguiram um ‘tempo de sequência ocidental’ que, de acordo com elxs, flui de um modo bem linear e descomplicado, a partir do ‘tempo de coincidência oriental’ que de acordo com xs autorxs pode ser a razão pela qual as políticas sexuais pós-comunistas são vistas como permanecendo ‘atrás do ocidente’ ou até mesmo ‘movendo-se para trás’.

Em sua crítica, Navickaitė (2014, p. 172) observou que “essa conceitualização diferencial do tempo é problemática e falha em desconstruir o binário entre o Leste e o Ocidente e de fato pode essencializar sua diferença e reter uma visão não problematizadora do ‘Ocidente’ como progressista”. Ela criticou o modo descomplicado com que xs autorxs representam o ‘ocidente’ como progredindo coerentemente da homofilia ao LGBT e ao *queer*.

Na verdade, existem muitos exemplos que nos lembram que o ‘ocidente’ nunca foi homogêneo ou progrediu linearmente. Por exemplo, os fundamentos

do movimento de homofilia construídos por Magnus Hirschfeld se desintegraram devido à ascensão do nazismo. A Bretanha recentemente comemorou 30 anos desde a introdução da famigerada Seção 28 da lei anti-LGBT por Margaret Thatcher que proibia a 'promoção da homossexualidade' nas escolas; uma lei que foi rejeitada pelo governo trabalhista em 2003. A seção 28 deveria então ser comparada a atualmente promulgada 'propaganda anti-gay' uma lei que a Rússia introduziu em 2013. Nem mesmo a epidemia global de AIDS representou os mesmos desafios para as políticas sexuais em todo o mundo. Se por um lado, o pânico moral, por exemplo, deteriorou a opinião pública sobre os homossexuais no Reino Unido e nos Estados Unidos (MCKAY, 2014). Por outro lado, contribuiu com o final do tabu da homossexualidade na Polônia, Hungria, Tchecoslováquia e outros países da CEE e não foi apenas classificada como uma 'doença homossexual', mas um sintoma de uma decadência moral e social geral não exclusiva dos heterossexuais, como diversxs autorxs têm eloquentemente demonstrado em seus trabalhos (KOLÁŘOVÁ, 2013; KURIMAY E TAKÁCS, 2017; SZULC, 2018). Da mesma maneira, esforços de mudança para uma orientação sexual dinâmica (SOCE) como 'métodos' usados em uma tentativa de 'mudar' a orientação sexual de pessoas homossexuais e bissexuais podem ainda ser facilmente acessíveis e praticados no 'ocidente' no presente, enquanto técnicas semelhantes possam ser proibidas em outros lugares, incluindo regiões vistas como parte do 'Leste'.

Independentemente desses exemplos, é impossível negar que a CEE tem sido representada como menos avançada no contexto de igualdade de gêneros e cidadania sexual tanto na mídia popular (ex., relatos da Cortina arco-íris) e organizações ativistas. Na verdade, existem muitos exemplos disso, incluindo os resultados de diversos levantamentos sobre estigma, homofobia, *bullying*, etc. (PACHANKIS *et al.*, 2016; PITOŇÁK e SPILKOVÁ, 2016) ou fatos facilmente verificáveis tais como o fato de que nenhum país da CEE tenha até agora permitido o casamento entre pessoas do mesmo sexo. As representações na mídia popular 'ocidental' frequentemente gostam de publicar imagens de migrantes LGBTQ+ deixando o leste europeu para escapar da perseguição na Chechenia; eles também frequentemente representam 'seus países' como '*gay friendly*'. Mas, nós deveríamos nos perguntar se eles são realmente '*gay friendly*' ou se eles apenas têm promovido um marketing bem-sucedido deles mesmos como tal ao reconhecer o 'mercado rosa' e lucrar com o 'turismo gay' (BINNIE, 1995). Xs autorxs também têm suspeitado das classificações continentais populares, assim como o Mapa Europeu do Arco-íris Europeu – ILGA que pode apenas reproduzir os conceitos errôneos uma vez que ele pode legitimamente refletir a situação legal, mas não "reflete de uma maneira direta as normas e atitudes sociais mais abrangentes" (STELLA *et al.*, 2017, p. 5).

Mais especificamente, nós precisamos ser cautelosos sobre não tirar conclusões super simplificadas sobre as causas subjacentes de tais situações uma vez que elas podem simultaneamente interferir nos esforços dos ativistas locais, criadores de políticas, etc. Stella *et al.* (2017), por exemplo, observou que a introdução da legislação da união de pessoas do mesmo sexo tem sido mais controversa na região da CEE, no entanto Browne e Nash (2017, p. 646) recentemente começaram a complicar as narrativas de desenvolvimento

frequentemente estáveis do 'ocidente' com um novo conceito de hétero ativismo como uma maneira de "engajar-se com as estratégias atuais sendo utilizadas na resistência aos direitos sexuais e de gênero". Portanto, talvez seja o hétero ativismo que precisa ser abordado mais criticamente e reconhecido como sendo mais 'avançado' na região da CEE que tem sido geralmente entendida como 'atrasada'. Dessa forma, as emendas constitucionais que restringem e definem o casamento apenas como uma união entre homem e mulher como intervenções deliberadas com o objetivo de impedir a introdução do casamento entre pessoas do mesmo sexo na CEE precisa ser vista como vitórias institucionais de um hétero ativismo 'mais avançado'.

Nesse sentido, outrxs autorxs também tem reconhecido que o desenvolvimento de 'valores liberais' não deveria ser deixado descomplicado como as descrições do 'ocidente' como progressista e liberal podem, na verdade, esconder outros processos que precisam ser investigados, tais como migração do preconceito da esfera pública para a privada (VALENTINE e HARRIS, 2016).

As narrativas de 'alcançar o ocidente', portanto, precisam ser revisitadas uma vez que elas produzem uma corrida dolorosa pelo progresso, que efetivamente desumaniza o 'leste' como menos 'avançado', 'liberal', 'progressista' ou 'moderno'; e todas podem instigar imaginários que congelam permanentemente a CEE e outras regiões consideradas 'outras' como sempre atrasadas em relação ao 'ocidente'.

Na última seção vou me concentrar em complicar nosso entendimento de "porque" as geografias de sexualidades bem como as geografias de gênero/feministas até agora permanecem tão quietas na CEE.

'Luta' por Reconhecimento: Pensamento Feminista e Sexualidade na 'CEE'

As geografias das sexualidades (bem como as geografias feminista e de gênero) tornaram-se campos estabelecidos de investigação nas últimas três décadas, especialmente dentro das tradições acadêmicas americanas e britânicas (BELL e VALENTINE, 1995; BROWNE *et al.*, 2007). Brown e Browne (2016, p. 1) observaram que esse campo fragilmente definido de investigação emergiu do "desejo de examinar as diferenças geográficas nas sexualidades e suas especificidades espaciais como um aspecto chave das geografias humanas". Na verdade, antes dessa subdisciplina geográfica ter se estabelecido entre os principais capítulos do pensamento geográfico dentro da geografia humana anglo-americana, ela teve que superar diversos obstáculos, e ainda eu argumento que desejo e determinação podem não ser suficientes para o estabelecimento desse campo 'além da Anglo-américa'. Na verdade, pesquisadores de outras regiões como a mediterrânea e a América Latina também começaram a estabelecer geografias das sexualidades, e eles, ao menos parcialmente, foram bem-sucedidos ao se colocar dentro da geografia hegemônica, especialmente no contexto da geografia feminista (CORTÉS *et al.*, 2007; FERREIRA e SALVADOR, 2014; JOHNSTON e LONGHURST, 2009; SIBALIS, 2004; SILVA e VIEIRA, 2014), no entanto, é correto afirmar que a pesquisa sobre sexualidade permaneceu silenciada e grandemente

'guiada pelo ocidente', tanto metodologicamente, quanto teórica e discursivamente.

Até hoje, apenas pouca atenção tem se concentrado nas geografias de sexualidades da Europa Central e Oriental, enquanto xs autorxs têm repetidamente nos avisado sobre os riscos potenciais ligados à reprodução ou introdução não crítica de discursos estrangeiros (KUHAR e ŠVAB, 2014; KULPA, 2014; KULPA e MIZIELIŃSKA, 2011; NAVICKAITĖ, 2014; STELLA, 2013). Embora autorxs de fora do 'ocidente' já tenham começado a revelar várias geografias de gênero e sexualidades dentro dessa região particularmente diversa, elas frequentemente não foram nomeadas geografias feministas ou geografias das sexualidades. Ao invés disso, elas começaram a aparecer como parte de tradições diversas construídas sobre culturas acadêmicas bem diversificadas, frequentemente limitando-as por falta de estruturas de suporte e pela presença de tradições disciplinares rígidas (TIMÁR, 2007).

Uma das diferenças mais significativas que influenciam o desenvolvimento das geografias feministas e geografias das sexualidades na CEE são os diferentes discursos e as relacionadas geometrias epistêmicas de poder dentro das 'escolas geográficas' local e regional (MASSEY, 1993). Primeiro, é necessário reconhecer que a geografia como uma disciplina dentro de muitos contextos nacionais e regionais na CEE representa um campo muito distinto com formas específicas de hegemonias epistêmicas locais, incluindo as tradições de publicação funcionando como obstáculos.

No entanto, pode ser fácil para umx estudante que passe um semestre no exterior tornar-se informadx a partir de algum discurso extradepartamental em um mundo crescentemente interconectado, globalizado e com uma grande rede. E enquanto isso possa encorajar e nutrir o desejo dx estudante de focar nesses campos, o que pode ser muito mais difícil é reter esse foco e defender esse desejo após seu retorno no já bem estabelecido departamento.

Em conexão com a primeira parte deste artigo sobre as várias influências hegemônicas, é então que fatores como: as várias posicionalidades de pesquisadorxs concretxs; a relação entre seus desejos e respectivos assuntos; suas atitudes em relação à mobilidade acadêmica; seu desejo de tornar-se estudiosxs nômades e /ou deixar seus/suas companheirxs, pais, amigos e famílias para trás; as habilidades com idiomas, o clima competitivo e de gerenciamento (a pressão para publicar, a pressão para obter financiamento independente, a presença de apoio) e outros fatores que influenciam as várias tradições acadêmicas locais, suas formas e velocidades com que diferentes sub-campos, incluindo o desenvolvimento do pensamento feminista/queer e da sexualidade na geografia humana, todos influenciam no estabelecimento desses campos por certxs estudiosxs.

Tradições culturais, políticas e de idioma dão forma e caminhos de carreira axs estudiosxs. Elas são também formatadas por indivíduos privilegiados que agem como guardiões dos conhecimentos geográficos apropriados. Tais indivíduos, independente do estado das discussões e discursos internacionais dentro das revistas geográficas chave (mesmo que a maioria ocorra em inglês), exercem sua influência local e desafiam esses desenvolvimentos imbuídos de suas crenças subjetivas, políticas e outras. Conseqüentemente, eles decidem o

que está sendo ensinado em seus departamentos e por quem. Eles podem não levar em consideração teorias ou abordagens que eles consideram insignificantes e desempoderar xs estudiosxs de contribuir com os debates internacionais ao, por exemplo, selecionar novos empregados que estão mais de acordo com seus entendimentos predominantes do que constitui a geografia e o que ou quem deve permanecer excluído. Portanto, mesmo que xs geógrafxs recebam educação apropriada em universidades renomadas, elxs ainda precisam se estabelecer dentro de certos departamentos intersubjetivos, onde a localização discursiva dentro de certas coordenadas nas geometrias de poder filosófico concretas é que decidem se eles podem permanecer ou não independente do seu desejo ou diligência. Muitxs estudiosxs da geografia da CEE e além poderiam certamente nomear as resistências discursivas locais específicas que elxs têm que (ou tiveram que) enfrentar. Dentro dessas hegemonias, as geografias feministas e ainda mais as geografias de sexualidades podem ser tornadas 'outras' e sofrer resistências, sendo consideradas como 'não suficientemente geográficas', 'interdisciplinares demais', 'periféricas' ou 'deslocadas' (PITONÁK e KLINGOROVÁ, 2019). Elas podem ser categorizadas como 'insignificantes', colocadas junto a outras categorias ignoradas de diferença tais como gênero, raça ou deficiência. Elas podem continuar a ser depreciadas com base na preferência de métodos positivistas e quantitativos rígidos, dessa forma, desvalorizando os métodos qualitativos e a pesquisa teórica devido, por exemplo, a um foco dominante nas abordagens regionais e aplicadas.

Não é uma coincidência então o porquê Timár e Fekete (2010) falam de uma 'luta por *reconhecimento*' quando discutem a geografia feminista na CEE. De acordo com aquelxs autorxs, mesmo após quase 30 anos passados desde a queda do comunismo, as perspectivas geográficas dominantes na CEE permaneçam grandemente cegas em relação a gênero e humanismo, assim quase que completamente cegas em relação a sexualidades. Elas ainda especificam que é a "alegada objetividade e neutralidade da geografia social(ista) que prevaleceu dentro da geografia dominante e a impediu de concentrar-se nos problemas sociais/humanos" (*ibid.* 2010, p. 778). Voiculescu (2011) defende essa explicação a partir de uma perspectiva romena, onde ela argumenta que a geografia socialista se concentrou apenas na "geografia econômica que tinha uma relevância prática para o sistema comunista. Como se nas universidades, ela fosse altamente quantitativa e descritiva, não conectada com as diversas esferas da vida cotidiana" (VOICULESCU, 2011, p. 190). Embora ela explique que ela e seus/suas colegas tiveram sucesso ao estabelecer um curso de geografia e gênero na Universidade de Timișoara já em 2004, elxs ainda enfrentam barreiras e falta de reconhecimento nos dias de hoje.

Da mesma forma, conforme (BLAŽEK e ROCHOVSKÁ, 2006, p. 7) declararam em sua contribuição oportuna, corajosa e/ou quase de vanguarda para o "pensamento geográfico feminista" tanto eslavo quanto o tcheco⁸ que embora a geografia humana "ocidental" tenha encontrado uma forma de

8 Devido à proximidade dos dois países, um entendimento de idioma, a história e cultura compartilhadas, ambas culturas acadêmicas continuam a influenciar-se mutuamente.

aceitar a teoria feminista, a academia na Eslováquia apenas deu espaço a alguns grupos isolados de estudiosxs feministas. Por outro lado “a geografia, devido a sua interdisciplinaridade e falta de unidade, também tenha estado até agora imune a esse desencadeamento” desconsiderando a geografia feminista e das sexualidades quase que completamente dentro do campo da geografia. E esse “sistema imune às geometrias de poder” parece ter durado, embora alguns/mas autorxs tenham reconhecido que há uma resistência ativa ao desenvolvimento do pensamento feminista. Um dos sintomas dessa resistência é o fato de que tais abordagens são ainda consideradas relativamente novas, mesmo três décadas após a queda do comunismo (PITOŇÁK, 2014; POSPÍŠILOVÁ E POSPÍŠILOVÁ, 2014; TIMÁR e FEKETE, 2010). Portanto, mesmo que a geografia feminista não tenha sido academicamente perseguida dentro da CEE até o desmantelamento do socialismo (TIMÁR, 2007), os próximos anos de transição nos possibilitaram apenas uma atenção e visibilidade mínimas. Em seu esforço recente de (re)introduzir o pensamento feminista na geografia Tcheca, Pospíšilová e Pospíšilová (2014, p. 118) resumiram que os “departamentos de geografia na Tchecoslováquia quase que completamente omitem as geografias feministas, o que é refletido por um pequeno número de teses completadas e defendidas nesse campo”. A situação no contexto tcheco também é bem discutida por Daněk (2013), que admitiu que o pensamento geográfico feminista foi apresentado em diversas ocasiões e eles mesmos contribuem para sintetizar os principais trabalhos de, na sua maioria, estudiosxs estrangeiros nesse campo. Entretanto, ele também concluiu que para muitxs geógrafxs a palavra feminismo ainda carrega um conteúdo negativo e pejorativo e elxs permanecem resistentes à ideia de conectar o feminismo com a geografia. Ele termina afirmando que as perspectivas críticas tais como a localização do conhecimento são consideradas teorias abstratas por diversxs geógrafxs que “não têm a capacidade de desestabilizá-las em sua convicção sobre o direito de sua busca por uma explicação objetiva universal” (DANĚK, 2013, p. 104).

Timár e Fekete (2010, p. 783) confirmaram isso a partir de uma perspectiva húngara quando escreveram que: “existem professorxs aclamadxs (na Hungria e Eslováquia, por exemplo) que estão em negação aberta da própria existência da geografia feminista e desencorajam expressamente seus/uas alunxs de estudá-la.” A inclusão de abordagens feministas e outras abordagens sócio-críticas (incluindo abordagens de sexualidade e *queer*) dentro do contexto da CEE então parece uma ‘luta’ com as tradições geográficas dominantes locais grandemente positivistas, que são reconhecidas como obstáculos principais ao desenvolvimento desse campo (PITOŇÁK e KLINGOROVÁ, 2019; TIMÁR e FEKETE, 2010). Se ainda se considera ‘corajosa’ a atitude de exercer as teorias de gênero e feminista, então exercer a pesquisa no campo das geografias de sexualidades e teorias queer dentro das geografias locais pode ser simplesmente não palatável para muitos dos departamentos locais. Aquelxs desejosxs de ir contra a geografia dominante e aplicar abordagens metodológicas e teóricas ‘localmente novas’ são frequentemente considerados ‘geógrafxs dissidentes’. Elxs/nós temos que negociar tanto com os ‘árbitros do pensamento geográfico humano’ locais, e as diversas hegemonias que colocam obstáculos ao seu acesso ao conhecimento e habilidade de participar como

produtorxs de conhecimento. Embora eu tenha chamado atenção para o escrutínio dos conhecimentos hegemônicos anglo-americanos, eu também deveria ser cauteloso sobre a negligência típica e falta de compreensão do que é frequentemente manifestado na indiferença generalizada do pensamento 'pós-moderno', 'feminista' ou outro pensamento visto como 'estrangeiro' por alguns dessxs árbitrxs do pensamento geográfico que, no contexto da academia neoliberal, "estão preocupados que a posição da geografia sofrerá uma erosão pela adoção de abordagens e métodos 'estrangeiros', incluindo aqueles aplicados aos estudos de gênero interdisciplinares, e através de mais especialização" (TIMÁR e FEKETE, 2010, p. 778) podem perpetuar as divisões e fronteiras entre a troca de conhecimento e colaborações, baseadas apenas em seus papéis professados ao defender a 'disciplinaridade' da geografia contra as influências mais abrangentes da 'interdisciplinaridade' (PITOŇÁK e KLINGOROVÁ, 2019). Consequentemente, muitas das personalidades não confrontantes podem sucumbir a pressões locais e/ou desocupar o campo, em vez de permanecer 'dissidentes'.

Essa é também uma das razões pelas quais as fronteiras dos estudos locais dentro da CEE permanecem grandemente ligadas às fronteiras nacionais (BAJERSKI e SIWEK, 2012), perplexamente desconectadas e movidas por nacionalismos metodológicos regionais específicos (NAVICKAITĖ, 2014) que promovem abordagens ou teorias sem qualquer criticismo, que exercem influências locais, mas lhes falta reconhecimento internacional e/ou reflexão. Isso fica então bem evidenciado em um alto grau nas tradições de publicação/citação intradepartamental ou intranacional (BAJERSKI e SIWEK, 2012). Dessa forma, mesmo que muitxs críticxs tenham repetidamente se manifestado e apresentado suas contribuições em conferências locais, regionais e internacionais, elxs/nós até agora não temos conseguido nos estabelecer dentro dos domínios geográficos locais.

Para introduzir abordagens feministas e outras abordagens críticas nas geografias da CEE, xs autorxs têm, por exemplo, criticado uma destreza metodológica e teórica insuficiente dxs geógrafxs, e clamado pela introdução dos métodos feministas – com o significado de qualitativos (MATOUŠEK, 2013; ROCHOVSKÁ *et al.*, 2007). Entretanto, conforme esses métodos têm frequentemente emprestado da geografia feminista anglo-americana, os estudos de gênero interdisciplinares ou a teoria crítica, "a introdução dessas abordagens, práticas e métodos, modernos ou pós-modernos pelos 'padrões europeus central-oriental', têm gerado uma resistência forte da geografia tradicional" (TIMÁR e FEKETE, 2010, p. 782).

Timár e Fekete (2010, p. 779) explicam isso adequadamente quando argumentam que: "mesmo que estranhamente, foi através do trabalho em cooperação ou rede entre oriente-ocidente que nós, representantes da geografia feministas nos diversos países da CEE, 'nos encontramos'". No contexto de falta de apoio, oportunidades e reconhecimento, então, não é nenhuma surpresa que a cooperação fora da região seja mais plausível do que uma rede de contatos dentro dela.

O projeto de estabelecer geografias feministas/de gênero bem como geografias das sexualidades na CEE é apenas iniciada pelo reconhecimento dos focos principais de oposição. Ao entender diversas relações de saber-poder

hegemônicas, precisamos estar conscientes de formas que possamos ser ainda mais atrasados no sucesso de nossos esforços; por exemplo, ao navegar as demandas de publicação internacional. Timár e Fekete colocam de forma eloquente:

Precisamos planejar um esquema de combater as visões que estão em negação da própria justificação da geografia feminista e recusa de reconhecê-la como geografia. Xs geógrafxs terão que lutar essa batalha primeiramente contra a geografia dominante no país onde vivem. Por ora, os desafios não estão entre os leitores de *Gender, Place and Culture* (Gênero, Lugar e Cultura) e outras revistas semelhantes, não importa o quanto nós gostaríamos que as coisas fossem diferentes; portanto, publicar internacionalmente não pode substituir a publicação local. (2010, p. 784)

Mesmo que encontremos algum equilíbrio entre publicar nos nossos próprios idiomas e usar inglês ou outro idioma para compartilhar nossas ideias com colegas através das fronteiras nacionais, ainda precisamos enfrentar barreiras ao acesso à literatura científica, uma situação profissional insegura, e oportunidades de financiamento ou infraestrutura acadêmica que nos limitam de contribuir /cooperar com essa 'luta por reconhecimento' (KULPA e SILVA, 2016). As geometrias de poder epistemicamente discutidas continuarão a influenciar as taxas de sucesso de nossas solicitações de fundos, as equipes de pesquisa existentes ainda regularão quem será aceito e quem será contratado, quem será x 'pesquisadxr', e quem será x 'fornecedxr' de dados.

Conclusão

Esteja o nosso foco em combater as influências hegemônicas do pensamento anglo-americano ou no empoderamento dxs geógrafxs de sexualidades ou feministas dissidentes na tentativa de se estabelecer dentro do contexto da CEE, eu acredito que seja crucial lembrar que todas essas relações se referem a vínculos entre atores humanos, pesquisadorxs, estudiosxs e outrxs.⁹ Eu quero finalizar este artigo demonstrando um exemplo de sucesso do exterior. Embora devem haver muitas outras experiências positivas¹⁰, eu decidi citar um exemplo relacionado à criação do Grupo de Estudos de Gênero em Geografia na Universidade Autônoma de Barcelona. Tal grupo foi fundado em 1987 e formalmente reconhecido pela administração da universidade em 1995. Eu considero o seguinte trecho particularmente inspirador:

Desde o seu início, esse Grupo foi dirigido por Maria Dolors Garcia Ramon, uma professora titular estabelecida. Essa situação contrasta com aquelas de outros países onde aquelxs que tentam introduzir a pesquisa e ensino de gênero são xs estudiosxs iniciantes. O grupo de

9 Embora em algum ponto em um futuro próximo, inteligência artificial e outros atores menos sofisticados tais como serviços de tradução a influenciarão crescentemente também.

10 Por exemplo, as geografias de sexualidades e feminista francesas (Creton, 2007) ou a experiência da geografia feminista alemã e austríaca (BASSDA, 2006).

Barcelona conscientemente adotou estratégias que avançariam para consolidar sua posição. Elas incluíam: incorporar membros de múltiplos departamentos, agregar pesquisadorxs novxs e alunxs graduadxs; buscar fundos de pesquisa externos (regional, nacional e internacional); desenvolver relatórios acadêmicos competitivos ao publicar em revistas de referência, nacional e internacional; ensinar cursos especializados em gênero; estabelecer um centro de documentação, mesmo que modesto, sobre temas relacionados à sua pesquisa; apresentar pesquisas em encontros internacionais; formar uma rede informal local de suporte; e estabelecer relações com geografxs fora da Espanha, indo eles mesmos para o exterior e convidando geógrafxs estrangeirxs para o departamento. (CORTÉS *et al.*, 2007, p. 3).

Referências

AWUMBILA, Mariama. Challenging contexts: Gender studies and geography in Anglophone African countries. **Revue Belge de Géographie**, v. 3, p. 1 - 16, 2007.

AYOUB, Phillip; PATERNOTTE, David (eds.). **LGBT Activism and the Making of Europe**. London: Palgrave Macmillan UK, 2014.

BAJERSKI, Artur; SIWEK, Tadeusz. Bibliometrická analýza české geografie v databázi Scopus. **Geografie**, v. 117, n. 1, p. 52 - 71, 2012.

BALOGH, Péter. The revival of 'Central Europe' among Hungarian political elites: its meaning and geopolitical implications. **Hungarian Geographical Bulletin**, v. 66, n. 3, p. 191 - 202, 2017.

BASSDA. A Kind of Queer Geography/Räume Durchqueeren: The Doreen Massey Reading Weekends. **Gender, Place & Culture**, v. 13, n. 2, p. 173 - 186, 2006.

BASSNETT, Susan. Crossing cultural boundaries: Or how I became an expert on east European women overnight. **Women's Studies International Forum**, v. 15, n. 1, p. 11 - 15, 1992.

BELL, David; VALENTINE, Gill. **Mapping Desire: Geographies of Sexualities**. London: Routledge, 1995.

BENHABIB, Seyla. **Dignity in Adversity: Human Rights in Troubled Times**. Malden, MA and Cambridge, UK: Polity, 2011.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **The social construction of reality: A treatise in the sociology of knowledge**. London: Penguin, 1991.

BINNIE, Jon. Trading places: consumption, sexuality and the production of

queer space. In: BELL, David; VALENTINE, Gill (eds.). **Mapping Desire: Geographies of Sexualities**. London, UK: Routledge, 1995, p. 182 - 199.

BLAŽEK, Matej; ROCHOVSKÁ, Alena. **Feministické geografie**. Bratislava: Geografika, 2006.

BLAŽEK, Matej; ŠUŠKA, Pavel. Towards dialogic post-socialism: Relational geographies of Europe and the notion of community in urban activism in Bratislava. **Political Geography**, v. 61, p. 46 - 56, 2017.

BROWN, Gavin; BROWNE, Kath (eds.). **The Routledge Research Companion to Geographies of Sex and Sexualities**. London and NY: Routledge, 2016.

BROWNE, Kath; LIM, Jason; BROWN, Gavin (eds.). **Geographies of Sexualities Theory, Practices and Politics**. Aldershot: Ashgate, 2007.

BROWNE, Kath; NASH, Catherine. Heteroactivism: Beyond Anti-Gay. **ACME: An International Journal for Critical Geographies**, v. 16, n. 4, p. 643 - 652, 2017.

BUTLER, Judith. **Gender trouble**. Oxon: Routledge, 1999.

CORTÉS, Fabia Diaz; GARCIA RAMON, Maria Dolors; ORTIZ, Anna. Engendering Spanish geography. **Revue Belge de Géographie**, v. 3, p. 1 - 12, 2007.

CRETON, Dominique. Gender issues in French geography. **Revue Belge de Géographie**, v. 3, p. 1 - 12, 2007.

DANĚK, Petr. **Geografické myšlení: úvod do teoretických přístupů**. Brno: Masarykova univerzita, 2013.

EBERLE, Jakub. Desire as Geopolitics: Reading The Glass Room as Central European Fantasy. **International Political Sociology**, v. 12, n. 2, p. 172 - 189, 2018.

FERREIRA, Eduarda; SALVADOR, Regina. Lesbian collaborative *web* mapping: disrupting heteronormativity in Portugal. **Gender, Place & Culture**, v. 22, n. 7, p. 954 - 970, 2014.

GARCIA RAMON, Maria Dolors; MONK, Janice. Gender and geography: World views and practices. **Revue Belge de Géographie**, v. 3, p. 1 - 14, 2007.

GARCIA RAMON, Maria Dolors; SIMONSEN, Kirsten; VAiOU, Dina. Guest Editorial: Does Anglophone hegemony permeate Gender, Place and Culture?. **Gender, Place & Culture**, v. 13, n. 1, p. 1 - 5, 2006.

JOHNSTON, Lynda; LONGHURST, Robin. **Space, Place, and Sex: Geographies of Sexualities**. Plymouth: Rowman & Littlefield, 2009.

KITCHIN, Rob. Cuestionando y desestabilizando la hegemonía angloamericana y del inglés en geografía. **Documents d'Anàlisi Geogràfica**, v. 43, p. 17 - 36, 2003.

KITCHIN, Rob. Commentary: Disrupting and destabilizing Anglo-American and Englishlanguage hegemony in geography. **Social & Cultural Geography**, v. 6, n. 1, p. 1 - 15, 2005.

KOLÁŘOVÁ, Kateřina. Homosexuální asociál a jeho zavírované tělo. In: HIML, Pavel; SEIDL, Jan; SCHINDLER, Franz (eds.). **Miluji tvory svého pohlaví: homosexualita v dějinách a společnosti českých zemí**. Praha: Argo, 411-452, 2013.

KUHAR, Roman; ŠVAB, Alenka. The Only Gay in the Village? Everyday Life of Gays and Lesbians in Rural Slovenia. **Journal of Homosexuality**, v. 61, n. 8, p. 1091 - 1116, 2014.

KULPA, Robert. Western leveraged pedagogy of Central and Eastern Europe: discourses of homophobia, tolerance, and nationhood. **Gender, Place & Culture**, v. 21, n. 4, p. 431 - 448, 2014.

KULPA, Robert; MIZIELIŃSKA, Joanna (eds.). **De-Centring Western Sexualities Central and Eastern European Perspectives**. Burlington: Ashgate, 2011.

KULPA, Robert; SILVA, Joseli Maria. Decolonizing Queer Epistemologies: Section Introduction. In: BROWN, Gavin; BROWNE, Kath (eds.). **The Routledge Research Companion to Geographies of Sex and Sexualities**. Oxon: Routledge, p. 139 - 143, 2016.

KUNDERA, Milan. **The Tragedy of Central Europe**. The New York Review, p. 33 - 38, 1984.

KURIMAY, Anita; TAKÁCS, Judit. Emergence of the Hungarian homosexual movement in late refrigerator socialism. **Sexualities**, v. 20, n. 5-6, p. 585 - 603, 2017.

MASSEY, Doreen. Power-geometry and a progressive sense of place. In: BIRD, Jon; CURTIS, Barry; PUTNAM, Tim; TICKNER, Lisa (eds.). **Mapping the Futures: Local Cultures, Global Change**. London: Routledge, 1993, p. 60 - 70.

MATOUŠEK, Roman. Jaké metody pro jakou geografii? K přínosu geografie a inspiraci z jiných disciplín. **Informace ČGS**, v. 32, n. 1, p. 16 - 24, 2013.

MCKAY, Richard. Patient Zero: The Absence of a Patient's View of the Early North American AIDS Epidemic. **Bulletin of the History of Medicine**, v. 88, n. 1, p. 161 - 194, 2014.

NAVICKAITĖ, Rasa. Postcolonial queer critique in post-communist Europe - Stuck in the Western progress narrative?. **Tijdschrift Voor Genderstudies**, v. 17, n. 2, p. 165 - 185, 2014.

PACHANKIS, John E.; HATZENBUEHLER, Mark L.; MIRANDOLA, Massimo; WEATHERBURN, Peter; BERG, Rigmor C.; MARCUS, Ulrich; SCHMIDT, Axel J. The Geography of Sexual Orientation: Structural Stigma and Sexual Attraction, Behavior, and Identity Among Men Who Have Sex with Men Across 38 European Countries. **Archives of Sexual Behavior**, v. 46, n. 5, p. 1491 - 1502, 2016.

PITOŇÁK, Michal. Prostorovost města v kontextu (homo/hetero)sexuality: úvod do teoretické diskuse. **Geografie**, v. 119, n. 2, p. 179 - 198, 2014.

PITOŇÁK, Michal; KLINGOROVÁ, Kamila. Development of Czech feminist and queer geographies: identifying barriers, seeking progress. **Gender, Place & Culture**, 2019.

PITOŇÁK, Michal; SPILKOVÁ, Jana. Homophobic Prejudice in Czech Youth: a Sociodemographic Analysis of Young People's Opinions on Homosexuality. **Sexuality Research and Social Policy**, v. 13, n. 3, p. 215 - 229, 2016.

POSPÍŠILOVÁ, Lucie; POSPÍŠILOVÁ, Klára. Feministické prostory. In: MATOUŠEK, R.; OSMAN, R. (eds.). **Prostor(y) Geografie**. Praha: Karolinum, 2014, p. 99 - 122.

ROCHOVSKÁ, Alena; BLAŽEK, Matej; SOKOL, Martin. Ako zlepšiť kvalitu geografie: O dôležitosti kvalitatívneho výskumu v humánnej geografii. **Geografický Časopis**, v. 59, n. 1, p. 323 - 358, 2007.

RODÓ DE ZÁRATE, Maria. Feminist and Queer Epistemologies beyond Academia and the Anglophone World: Political Intersectionality and Transfeminism in the Catalan Context. In: BROWN, Gavin; BROWNE, Kath (eds.). **The Routledge Research Companion to Geographies of Sex and Sexualities**. London: Routledge, 2016, p. 155 - 164.

SEDGWICK, Eve Kosofsky. **Epistemology of the Closet**. Berkeley: University of California Press, 1990.

SIBALIS, Michael. Urban Space and Homosexuality: The Example of the Marais, Paris' 'Gay Ghetto'. **Urban Studies**, v. 41, n. 9, p. 1739 - 1758, 2004.

SILVA, Joseli Maria; VIEIRA, Paulo Jorge. Geographies of Sexualities in

Brazil: Between National Invisibility and Subordinate Inclusion in Postcolonial Networks of Knowledge Production. **Geography Compass**, v. 8, n. 10, p. 767 - 777, 2014.

STELLA, Francesca. Lesbian lives and real existing socialism in late Soviet Russia. In: TAYLOR, Yvette; ADDISON, Michelle (eds.). **Queer Presences and Absences**. Basingstoke: Palgrave, 50-68, 2013.

STELLA, Francesca. Introduction: locating Russian sexualities. **Lesbian Lives in Soviet and Post-Soviet Russia**, p. 1 - 40, 2014.

STELLA, Francesca. **Lesbian Lives in Soviet and Post-Soviet Russia**. London, UK: Palgrave Macmillan, 2015.

STELLA, Francesca; FLYNN, Moya; GAWLEWICZ, Anna. Unpacking the Meanings of a 'Normal Life' Among Lesbian, Gay, Bisexual and Transgender Eastern European Migrants in Scotland. **Central and Eastern European Migration Review**, v. 7, n. 1, p. 55 - 72, 2017.

ŠTULHOFER, Aleksandar; SANDFORT, Theo (eds.). **Sexuality and gender in postcommunist Eastern Europe and Russia**. Binghamton, NY: The Haworth Press, 2005.

SZULC, Lukasz. **Transnational Homosexuals in Communist Poland**. Switzerland: Palgrave Macmillan, 2018.

TIMÁR, Judit. Gender studies in the genderblind post-socialist geographies of East-Central Europe. **Belgeo**, v. 3, p. 349 - 369, 2007.

TIMÁR, Judit; FEKETE, Éva. Fighting for recognition: feminist geography in East-Central Europe. **Gender, Place & Culture**, v. 17, n. 6, p. 775 - 790, 2010.

TLOSTANOVA, Madina. Why the Post-socialist Cannot Speak: on Caucasian Blacks, Imperial Difference and Decolonial Horizons. In: BROECK, Sabine; JUNKER, Carsten (eds.). **Postcoloniality-Decoloniality-Black Critique**. Joints and Fissures. Frankfurt and New York: Campus Verlag, p. 159 - 173, 2014.

VALENTINE, Gilland; HARRIS, Catherine. Encounters and (in)tolerance: perceptions of legality and the regulation of space. **Social & Cultural Geography**, v. 17, n. 7, p. 913 - 932, 2016.

VOICULESCU, Sorina. Teaching gender and geography in Romanian universities. **International Research in Geographical and Environmental Education**, v. 20, n. 3, p. 189 - 193, 2011.

Recebido em 29 de setembro de 2019.

Aceito em 07 de novembro de 2019.

Michal Pitoňák

